

Semana de Luta Unificada das Universidades Estaduais e Municipais

A Semana de Luta Unificada do Setor das Instituições Estaduais e Municipais de Ensino Superior (Iees/Imes) que acontece nos estados, entre os dias 23 a 27 de maio, foi aprovada no 35º Congresso do ANDES-SN, como uma das atividades de mobilização do setor. Em uma conjuntura de intensos ataques aos direitos dos docentes e de sucateamento das IES nos estados, a defesa de mais recursos públicos para as instituições e a luta contra a precarização e o sucateamento das Iees e Imes se coloca fundamental.

Durante a Semana de Luta, os docentes irão intensificar ações contra o arrocho salarial, hoje agravado em vários estados e municípios pelo anúncio de não concessão sequer da reposição inflacionária e pelo desrespeito à data-base; contra a instituição da previdência complementar e os fundos de pensão e contra a lei de responsabilidade fiscal. Todas estas bandeiras de lutas traduzem a necessidade premente de defesa do serviço público de qualidade.

Dentre as atividades, algumas seções sindicais irão realizar, nas assembleias legislativas estaduais, manifestações para intervir na Lei de Diretrizes Orçamentárias

(LDO), com o objetivo de buscar garantir mais verbas para a educação pública, em geral, e para as universidades públicas, em especial. Cabe lembrar que, regularmente, a tramitação desta importante peça de planejamento dos estados vai até o fim de junho ou começo de julho, pois os legislativos não podem entrar em recesso antes que a LDO seja aprovada.

Financiamento federal para Iees/Imes

A Semana de Luta Unificada do Setor das Iees/Imes será um importante momento para aprofundar o debate sobre o tema do financiamento federal para as Iees/Imes, na perspectiva de lutar para estabelecer as condições jurídicas e operacionais para destinação de recursos federais para as instituições estaduais e municipais de ensino superior.

Como parte dos encaminhamentos do 35º Congresso, a última reunião do Setor das Iees/Imes deliberou por reforçar e dar ampla publicidade à nota crítica à PEC 10/2014 – proposta de emenda constitucional que prevê criação do Sistema Único de Educação Superior Pública - e iniciar uma campanha contrária à esta proposta, esclarecendo que o financiamento federal às Iees e Imes já está previsto na Constituição Federal e

que, por outro lado, a referida PEC expressa apenas diretivas tecnocráticas de racionalização do uso de recursos financeiros, materiais e de pessoal, abrindo flancos para o

aprofundamento dos ataques à educação.

O combate à PEC 10/2014 deve levar em consideração o conjunto de outras medidas em curso no Executivo e no Legislativo, que ferem e desmantelam a educação pública nacional, a exemplo das análises feitas no Caderno 26 e na Cartilha “Projeto do capital para a educação: análises e ações para a luta”, dentre outros materiais já publicados pelo ANDES-SN.

Daí a necessidade de que o setor das Iees/Imes aprofunde o debate sobre o tema do financiamento federal para as IES estaduais e municipais, levando em consideração alguns elementos: examinar e socializar no setor se os estatutos de algumas instituições estaduais ou municipais colocam óbices ao recebimento de recursos federais e realizar um levantamento sobre como tem se dado a destinação de recursos para as Iees e Imes: Há previsão legal de dotação orçamentária? Não há? Como se dá a destinação de recursos a cada ano? Vigora o sistema “pires na mão”?

**MAIS VERBAS PARA OS
SERVIÇOS PÚBLICOS
DE QUALIDADE!**

**CONTRA O
SUCATEAMENTO
DAS INSTITUIÇÕES
EDUCACIONAIS!**

**CONTRA O
ARROCHO SALARIAL!**

**SEMANA
DE LUTA
UNIFICADA
DO SETOR DAS
IEES/IMES**

23 A 27 DE MAIO DE 2016

Docentes estão mobilizados em todo o país

De norte a sul do Brasil, desde o início de 2016 docentes de diversas instituições estaduais e municipais de ensino estão em luta, intensificando a mobilização e deflagrando greves - algumas em conjunto com outras categorias do serviço público - para barrar os ataques aos serviços públicos, em especial à educação, e aos direitos dos trabalhadores. O não cumprimento de acordos firmados no ano passado, a diminuição no repasse de verbas, não pagamento e parcelamento de salários são algumas das realidades comuns em várias IES.

No Pará, por conta da recusa do governo estadual em negociar a pauta de reivindicações dos servidores públicos, docentes e técnicos da Universidade do Estado do Pará (Uepa) já sinalizavam a possibilidade de paralisação por tempo indeterminado, na data de fechamento do Informandes Especial. Os docentes estão construindo também, junto às outras categorias de servidores públicos estaduais, uma greve geral. A luta dos servidores é por reajuste salarial, atualização dos planos de carreira, realização de concursos e maiores investimentos para os serviços públicos à população, entre outros.

No Rio de Janeiro, 33 categorias de servidores estaduais estão em greve desde março, incluindo os docentes das universidades estaduais do Rio de Janeiro (Uerj), da Zona Oeste (Uezo), e do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (Uenf). Os ataques contra os servidores vêm em forma de parcelamento e alteração do calendário de pagamento dos salários, mudanças na Previdência - com o aumento da contribuição dos servidores de 11% para 14% -, e o não reajuste dos salários em 2015.

O caso é semelhante na Universidade Estadual do Amapá (Ueap), onde os docentes estão em greve reivindicando aumento no

orçamento para as instituições, pelo repasse de recursos previstos na lei estadual que não é cumprida e também, contra o parcelamento dos salários dos servidores públicos estadual. Rio Grande do Sul e Minas Gerais vivem a mesma realidade. Desde o ano passado, os servidores sofrem com o parcelamento dos salários.

No Ceará, os docentes das universidades estaduais em unidade com os servidores públicos estaduais indicaram a construção de uma greve geral no serviço público do estado. Os servidores cearenses exigem que o governo reponha a inflação em suas remunerações, com reajuste de 12,67%, cobram o fim da suspensão das promoções e progressões, e criticam o rompimento da data-base - que deveria ter ocorrido em janeiro. Até o fechamento deste InformANDES, os docentes da Universidade Estadual do Ceará (Uece) já haviam decidido pela deflagração da greve a partir do dia 3 de maio, enquanto os da Universidade do Vale do Acaraú (Uva) discutiriam o indicativo de greve em assembleia marcada para o dia 4 de maio. Os docentes da Regional do Cariri (Urca) seguem mobilizados.

Os docentes e servidores técnico-administrativos da Universidade Estadual do Piauí (Uespi) estão em greve desde o dia 18 de abril. Eles exigem a revogação imediata da Lei 6.772/2016 que engessa a carreira dos servidores públicos estaduais, a implantação imediata das promoções, progressões e mudanças de regime de trabalho - já publicadas no Diário Oficial do Estado -, além da garantia de melhorias estruturais da nossa instituição.

No Paraná, o governador prossegue com o “pacote de maldades” retirando direitos dos servidores públicos, apossando-se da poupança previdenciária dos servidores, e usurpando 80% dos recursos arrecadados pelas universidades estaduais. No dia 29 de abril completou um ano da bruta repressão praticada por policiais contra os servidores estaduais, ocorrida no Centro Cívico, em Curitiba (PR). Em algumas instituições, as atividades acadêmicas foram suspensas para a realização de atos que relembra-ram os fatos ocorridos nessa data. Além disso, mobilizações estão sendo realizadas nas universidades estaduais em defesa da universidade pública e gratuita e contra os cortes orçamentários.

Na Bahia, entre as principais reivindicações

dos docentes está a garantia da promoção e progressão, por uma política eficaz de permanência estudantil, ampliação do orçamento das Ueba e aumento salarial aos docentes em 15,5%, além da revogação do corte do adicional de insalubridade dos docentes, da licença-prêmio e sabática, entre outros.

Diante da realidade de ataques tão semelhantes, é importante que na Semana de Luta Unificada, em todas as universidades estaduais e municipais, os docentes exponham os governos que estão realizando ajuste fiscal e que já anunciaram reajuste zero ou ausência de planos de recomposição salarial da categoria docente. É fundamental intensificar as denúncias e a luta para que os docentes não tenham perdas salariais, e consigam o aumento de verbas públicas para as IES estaduais e municipais, considerando, no mínimo, o “total do produto” da receita de impostos ou tributária.



**Todos
contra
o PLP
257/2016!**

Além das ofensivas locais, que os docentes vêm enfrenta-

ndo, recentemente foi encaminhado ao Congresso Nacional o projeto de lei complementar 257/2016, de autoria do Executivo, que ataca frontalmente os direitos dos servidores públicos das três esferas (federal, estadual e municipal).

O PLP 257/16 prevê, entre outras medidas, a suspensão dos concursos públicos, o congelamento de salários, o não pagamento de progressões e outras vantagens (como gratificações), a destruição da previdência social, aumento da cota previdenciária e a revisão dos Regimes Jurídicos dos Servidores, em troca da repactuação da dívida de estados e municípios. O PLP faz parte do pacote de ajuste fiscal iniciado pelo governo, no final de 2014.

EXPEDIENTE

O Informandes é uma publicação do ANDES-SN // site: www.andes.org.br // e-mail: imprensa@andes.org.br
Diretora responsável: Marinalva Silva Oliveira // Redação, edição, diagramação: Imprensa ANDES-SN